BREVES NOTAS POR UMA RESSIGNIFICAÇÃO DA TEORIA GERAL DO ESTADO A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS E DO HUMANISMO JURÍDICO: HERMENÊUTICA E RACIONALIDADE NO ESTADO HUMANISTA

BRIEF NOTES TOWARDS A STATE'S GENERAL THEORY RESSIGNIFICATION FROM HUMAN RIGHTS AND LEGAL HUMANISM: HERMENEUTICS AND PUBLIC RATIONALITY AT HUMANIST STATE

Gisela Maria Bester*
Eliseu Raphael Venturi**

RESUMO

Neste artigo objetiva-se refletir sobre a ressignificação da Teoria Geral do Estado, em especial os aportes da Filosofia Política, a partir da prevalência dos direitos humanos, verificável na teoria jurídica contemporânea, em especial na que defende o chamado modelo de Estado Humanista. A consolidação destes direitos (acumulação de gerações de direitos civis, políticos, econômicos, culturais, ambientais, da paz e da democracia) representa o redimensionamento da compreensão sobre o conceito, estrutura, função e papel do ente estatal no contexto da sociedade contemporânea. A partir disso, tem-se fundamento para práticas políticas e jurídicas, indicando-se rumos de decisão, informando-se, assim, a natureza deôntica do Estado e, principalmente, estabelecendo-se critérios de racionalidade hermenêutica para implemento normativo prático. Neste rumo, o problema consiste em se pensar as relações entre Direito e Estado para se identificar o sentido destes quando informados pelas categorias de direitos que, conforme se sustenta dentre as hipóteses deste artigo, representam a finalidade maior, quando assentados na vigente e indeclinável noção da dignidade da pessoa humana como centro irradiador de sentido e demais posturas éticas protetivas como modo de realidade jurídica.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Humanista; humanismo jurídico; direitos humanos e democracia; hermenêutica.

ABSTRACT

In this article the central objective is to reflect about the redefinitions senses on State's General Theory, in particular with the Political Philosophy contributions, from the prevalence of human rights in contemporary legal theory, especially in defending the state model called

* Professora de Direito Constitucional. Conselheira do Ministério da Justiça (2008-2012). Mestre e Doutora em Direito Constitucional. Pós-Doutoranda em Direito Público. profagmb@hotmail.com

** Licenciado em artes visuais pela FAP/PR, especialista em direito público pela ESMAFE/PR e mestrando em direitos humanos e democracia (inclusão social e cidadania) pela UFPR. Advogado em Curitiba. eliseurventuri@gmail.com

“Humanist State”. The consolidation of these rights (accumulation of civil, political, economical, cultural, environmental, and for peace and democracy rights) represents the resizing comprehension about the concept, structure, function and role of the state entity in the context of contemporary society. From this, has a foundation for political and legal practices, indicating whether courses of decision and informing the deontic State’s nature and mainly settling criteria for hermeneutical rationality and practical normative implement. In this way, the central problem consists in thinking relations between Law and State for identify the meaning of these when informed by the subjective right’s categories that, as it is sustained among the hypotheses of this article, represent higher juridical order, much more while seated in force and unwavering sense of the dignity of the human person as the radiating center sense, besides any other and other ethical protective stances as a mode of legal reality.

KEYWORDS: Humanist State; legal humanism; human rights and democracy; hermeneutics.

1. INTRODUÇÃO

A figura do ente estatal intrigou historicamente e segue intrigando o pensamento político e jurídico à procura da construção de orientações, conformações e sentidos para as vidas individuais e coletivas, buscando-se, assim, estabelecer marcos institucionais de regulação da produção e reprodução da vida e da convivência humanas em sociedade.

A partir do complexo fenômeno cultural da existência de uma organização social nominada “Estado” decorrem as mais variadas questões, a serem enfrentadas tanto pela Teoria Geral do Estado quanto pela Filosofia Política, posto que, a partir de qual seja o modelo estatal vigente, declinam-se as orientações dos mais variados setores da sociedade, assim como o manejo dos valores políticos e jurídicos na interpretação e na intervenção da realidade social.

Tendo por referência as peculiaridades temáticas de tais disciplinas, é inevitável considerar o papel do Direito neste contexto, eis que ínsito à problemática tanto da Teoria do Estado quanto da Filosofia Política, ao mesmo tempo em que distinto e próprio enquanto campo de reflexão filosófica e científica.

Neste plano de ideias e diálogo de saberes, no presente artigo objetiva-se, mais do que ser expositivo e conceitualmente exaustivo, transitar brevemente por algumas possibilidades de ressignificação da Teoria Geral do Estado, tendo-se por mote tanto os aportes da Filosofia Política e sua função essencialmente crítica, quanto a prevalência material do Direito Internacional dos Direitos Humanos, o qual confere substância moral ao debate.

Considera-se e adota-se a teoria da existência de um Estado Humanista de Direito, como forma expressiva do humanismo jurídico, modo de cosmovisão a que, igualmente, se filia neste artigo. Nesta perspectiva, integram-se funcionalmente os problemas e aportes dos campos indicados, tendo-se por finalidade última a concreção dos direitos humanos, uma vez que todo estudo jurídico deve necessariamente considerar as incidências dos conteúdos desses direitos fundamentais em suas discussões e em suas práticas.

Assim, o problema central desta proposta de verificação de resignificação dos conteúdos aludidos é o de se tracejar algumas das relações entre Estado e Direito, identificando-se a informatividade das categorias de direitos subjetivos que, conforme se sustenta dentre as hipóteses deste artigo, representam a teleologia jurídica, quando pensados ante a noção da dignidade da pessoa humana e demais posturas ético-protetivas correlatas como modo de realidade jurídica insculpido pelos direitos humanos, o que funcionaliza as instituições democráticas e a iniciativa privada em torno de fins maiores do que seus interesses estritamente considerados.

A hipótese central a ser discutida, portanto, é a de que o advento histórico do Estado Humanista, qualificado assim por conta da prevalência dos direitos humanos e do humanismo jurídico como cosmovisão construída em torno de sua vigência, repercute diretamente no orbe conteudístico da Teoria Geral do Estado, cujo próprio objeto maior – o Estado – se redimensionou.

Logo, também a integração crítica da Filosofia Política é indispensável para se repensar o fenômeno do ente estatal diante da sociedade e suas demandas, especialmente no manejo de diferentes linhas argumentativas em conflito, quando da escolha por um rumo, no momento decisório. As implicações hermenêuticas disto são profundas, uma vez que a racionalidade jurídica se coaduna com o modelo estatal vigente, implicando sensibilidade e racionalidade dos intérpretes, o que exige compromisso e vinculação semântica e pragmática dos agentes.

Para o desenvolvimento do problema que deu origem a este artigo emprega-se a sistemática metodológica de raciocínio dialético e interdisciplinar, abordando-se aspectos das disciplinas científicas e filosóficas envolvidas na construção da problemática, pensando-se nas influências recíprocas, com aspectos dedutivos a partir de sentidos teóricos, razão pela qual predominam o estudo bibliográfico e a análise teórica como técnicas de pesquisa empregadas.

Por fim, é relevante destacar também que o tema guarda ligação direta com a temática do Grupo de Trabalho “Teoria do Estado e da Constituição”, ao qual se submete este artigo para apreciação, especialmente pela análise interdisciplinar feita a partir dos Direitos Constitucional e Internacional Público em sinergia com a Filosofia Política e a Teoria Geral do Estado, ao tratar de peculiaridades desta última disciplina que merecem ser ressignificadas face à assunção do Estado de Direito Humanista, em direta conexão com o dever constitucional de proteção e de concretização dos direitos humanos fundamentais, exurgindo daí ser apropriada a sua análise e o seu aprofundamento neste artigo científico.

2. TEORIA GERAL DO ESTADO E FILOSOFIA POLÍTICA: PROBLEMÁTICAS DO ESTADO E INFLUÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DO HUMANISMO JURÍDICO

De um modo geral, no campo da Teoria Geral do Estado articulam-se as questões essenciais para a investigação e o esclarecimento das formas e manifestações do ente estatal ao longo do tempo e do espaço, depreendendo-se, assim, algumas características e modelos comuns em diferentes sociedades historicamente pontuadas.

O foco próprio da disciplina pode ser apontado como o conceito de Estado, a diferença deste com o de nação, os elementos constitutivos de território, povo e governo, as variantes de soberania e autonomia, assim como as formas de Estado e as relações internas e externas.

A disciplina abarca também a questão da divisão dos poderes e da forma de governo, ao compasso das classificações clássicas de pensadores como Aristóteles e Maquiavel, com especial atenção aos sistemas de governo e ao regime político democrático.

Para uma abordagem que se pretenda seja contemporizada com a supremacia dos direitos humanos, contudo, alguns elementos precisam ser revistos, em seus sentidos e significados atuais, pela disciplina, como modo de melhor contextualizar e pontuar seu objeto.

Assim, exemplificativamente, as dinâmicas da sociedade (teorias de sua origem, finalidade, moral e convenções, organizações políticas) e o Estado propriamente pensado em sua origem e formação, expressão histórica e tipologia (antigo, grego, romano, medieval, moderno), mais conceitos plúrimos como os de soberania, território, povo, cidadania, bem

comum, poderes político, jurídico e funções estatais, (DALLARI, 1998) assumem novas feições, vetorizados pelos direitos humanos.

Ademais, ainda nas linhas da Teoria do Estado, também são pensados (DALLARI, 1998) os pontos de contato entre Estado e Direito (personalidade jurídica estatal, relações com a política, sociedade, comunidade, nação), bem como mudanças do ente estatal por meio de reforma e revolução. Igualmente, a disciplina abarca os vínculos do Estado com o governo, em especial enfocando o regime democrático (aspiração e ideal moderno, princípios, formas direta, semidireta, representativa e participativa), além de questões fundamentais como o referendo, o plebiscito, a iniciativa e o veto populares, o *recall*.

Outrossim, integram ainda a disciplina os partidos políticos e sistemas de representação, assim como o sufrágio, as normas de direitos humanos – marcando a interrelação destes direitos, mas de modo isolado – a separação de poderes, as formas de governo (monarquia, república, parlamentarismo, presidencialismo) e de regime político, assim como a questão do Estado federal. Por fim, problemas do Estado contemporâneo são levantados (DALLARI, 1998), tais como as relações internacionais, a intervenção estatal na sociedade e os modos de produção econômica (modelos não intervencionistas, liberais, neoliberais, estados socialista e capitalista, democracias populares, socialismo asiático, questões sobre igualdade).

Desta sorte, os exemplos de enfoques da Teoria Geral do Estado apontam para a definição conceitual do ente, acompanhado do exame de elementos constitutivos, em um trabalho precipuamente científico de classificação e definição, em um exame explicativo e demonstrativo.

Tal enfoque é temperado pelas dimensões críticas da Filosofia Política, de modo que as características próprias do conhecimento científico naquele orbe de conteúdo são equalizadas pela dinâmica do pensamento filosófico, apto a abordar as mudanças e necessidades de adequação das demandas da realidade social.

A Filosofia Política dialoga com o campo da Teoria Geral do Estado, contudo, suas pretensões são mais discursivas e menos classificatórias. Assim, ocupa-se das relações humanas coletivas, social e politicamente organizadas para a produção dos modos de existências, sobretudo por meio do aporte crítico dos sistemas vigentes, inserindo-lhes em questionamentos éticos, estéticos, políticos, jurídicos, enfim, filosóficos.

O manejo dos valores políticos vigentes, portanto, encontra elo na conjugação dos enfoques de ambas disciplinas, de modo a auxiliar na composição de uma axiologia política e jurídica, a partir dos indicativos vigentes pelas categorias de direitos.

A expressão tradicional dos problemas da Filosofia Política encontra suas bases desde Platão e Aristóteles, assim como em Cícero e Maquiavel, apenas para citar os nomes mais recorrentes na disciplina, passando-se pelo labor dos mais diversos filósofos modernos e contemporâneos, como Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Comte, Gramsci, Marx, Weber, Constant, Mill, Berlin, Arendt, Bobbio, Kant, Hegel, Mill, Rawls, Habermas, Sandel, Rorty, entre outros. Tais pensadores, ao problematizarem as questões do bem comum, da igualdade e da liberdade, assim como as finalidades e expectativas democráticas e republicanas, formaram um corpo de pensamento filosófico apreendido pelas formas jurídicas.

Tal como destaca Mogado (2010, p. 469), a Filosofia Política, em seu aporte histórico, demonstra o sentido da possibilidade de problemas e soluções políticos, sendo que, na contemporaneidade, se assiste ao monopólio da forma democrática, no ocidente, a partir do que a pergunta do filósofo se daria acerca das conformações racionais deste modelo.

O filósofo político, assim, sem uma sujeição obrigatória ao regime em que vive, mas vinculado a ele por sua própria existência temporal, articularia argumentos em conflito na batalha política, clarificando a natureza das respostas, demonstrando viabilidades de escolhas dentre várias possibilidades.

O surgimento histórico do Estado Neutro, segundo Morgado, no cerne da filosofia política moderna, retiraria as preocupações teológicas de fundamentação da ordem pública, para se instituir uma concepção do Estado com novas bases: “sendo filosofia política, isto é, filosofia do homem e das coisas humanas, obrigou-se [a filosofia política] a uma igualmente tremenda abstração: o cidadão tinha de prescindir de ser homem, um ser com ideias, convicções, concepções do bem, religião, e por aí em diante” (Idem, *ibidem*, p. 478).

Esta mudança de eixo ideológico proporcionou a inserção do **humanismo** como base de busca dos fundamentos do Estado na modernidade e contemporaneidade, posto que a problemática do humano e das coisas humanas passou a ser enfocada. Deste modo, os direitos subjetivos gravitam em torno da noção de que o ser humano ocupa um lugar privilegiado no

universo e que sua continuidade demanda uma série de condições pessoais e ambientais atendidas.

Tanto assim que, ainda conforme Morgado (Id., ib., p. 487), a tônica dos direitos humanos revela o **substrato moral da democracia**, definindo o seu conteúdo enquanto regime político, daí se falar em igualdade democrática, em liberdade democrática, e demais valores políticos qualificados de “democráticos”, ainda que implicitamente, no manejo do conteúdo dos diplomas de direitos humanos.

Por estes mesmos motivos, o trabalho do filósofo político seria marcado pela respeitabilidade e pela responsabilidade, na medida em que, sem se sujeitar, lhe incumbe identificar as regras do regime político, com reconhecimento do valor da democracia e consideração pelos sentidos e significados do bem individual e coletivo.

Desta maneira, os trabalhos de Teoria Geral do Estado, ao identificarem expressões estatais, ao compasso do trabalho de Filosofia Política, que agrega a dimensão valorativa e crítica, necessitam ser projetados em suas expressões jurídicas, próprias dos direitos humanos e do humanismo que embasa a própria existência estatal na contemporaneidade.

Esta fundamentação de ideias dos Estados pode ser vista no estudo de Bester (2005, p. 10-26), para quem o histórico e a evolução conceitual de Estado e de constitucionalismo são imprescindíveis para a compreensão do Direito Constitucional, uma vez que Estado e Constituição apresentam-se como expressões históricas concorrentes, a despeito da modernidade da terminologia.

Para a autora, a vocação ideológica do Estado não pode ser cindida da Constituição, ao mesmo tempo em que os conceitos de Estado, de Estado de Direito e de Estado Constitucional e Democrático de Direito devem ser adequadamente distinguidos para se entender o Estado em suas feições e dimensões atuais.

Se o Estado em sua acepção moderna, conforme Weber, na leitura de Bester (2005, p. 10), seria o detentor da força legítima para manutenção da ordem vigente, o Estado de Direito seria resultado das revoluções modernas (caracterizando-se pelo império da lei, pela divisão de poderes, pela legalidade administrativa, e pelos direitos e liberdades fundamentais), enquanto o Estado Constitucional de Direito é o Estado limitado pelo Direito, “cujo poder se baseia no respeito a uma Constituição, que o autolimita” (Id., ib., p. 13), expresso na forma típica do Estado liberal clássico.

No entanto, a questão nevrálgica do Estado, “apenas”, Constitucional de Direito, seria o problema de se admitirem ditaduras em sua forma, de sorte que o Estado Constitucional e **Democrático** de Direito emergiria como forma qualificada, cuja legitimidade advém da soberania popular.

Segundo a autora (BESTER, 2005, p. 14), pensar a formação e o desenvolvimento do Estado, em suas fases históricas, ou seja, em expressões distintas ao longo do tempo, implica analisar mudanças que não necessariamente revelem evolução, mas sim modos de se entender o fenômeno que modernamente se nominou Estado.

Neste sentido, em apertada síntese, o Estado na antiguidade clássica seria um Estado escravista, com exercício direto da democracia por pequenas populações locais. Na Europa Medieval ter-se-ia o fragmentário Estado feudal, marcado pela poliarquia e pelo Estado estamental, além do crescimento das cidades e das relações comerciais, revelando, ao longo do caminho, as bases para a formação do poder estatal monista. O Estado absolutista marcaria a Idade Moderna, de modo que o poder centralizado nas mãos do monarca extinguiu a fragmentariedade do Estado medieval, sendo que ante as abusividades absolutistas nasceriam os pleitos de liberdade e de limitação do poder estatal (BESTER, 2005, p. 18).

No início da idade contemporânea, seguindo o histórico de Bester (2005, p. 20), surgiria o Estado liberal clássico (guardião das liberdades e não-intervencionista), com a máxima de fundamentação do Estado na teoria da Soberania Popular, merecendo destaque a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. O Estado do Bem-Estar Social marcaria o início do século XX, cujos préstimos foram a limitação das explorações humanas cometidas pelo liberalismo ilimitado, de sorte a formar um Estado prestacionista, providente e intervencionista, obrigado a sistemas de previdência, seguro social, habitação, educação, saúde, enfim, comprometido com o núcleo dos direitos sociais atuais.

Por fim, ainda conforme sua síntese (BESTER, 2005, p. 24-26), o Estado atual seria do tipo neoliberal, marcado pela forma de Estado Gerencial, configurando um Estado mínimo que admite privatizações, desregulamentações, flexibilizações, gerando novos **déficits humanos** no cenário globalizado, o que, nos termos da autora, em regra representam um **Estado do Mal-Estar** para trabalhadores e hipossuficientes que ficam expostos à voracidade do mercado.

Estas compreensões e ponderações (Id., ib., p. 26) são relevantes para o escopo deste artigo, que trata do humanismo e se preocupa, portanto, com as condições de manutenção e reprodução da vida humana, que dependem de fortes institutos jurídicos efetivos; por isso, detém-se na passagem final de sua análise do Estado contemporâneo:

Se esta guinada de um Estado de tipo social a um Estado de perfil neoliberal é criticada até nos países que já viveram um autêntico Estado Social, muito mais o é em um país em que o Estado Social é tardio, como no caso brasileiro atual. Pela Constituição Federal vigente há uma conformação do Estado de tipo social, isto pelos princípios que majoritariamente veicula (bem-estar, justiça social, solidarismo, dignidade da pessoa humana, igualdade, função social da propriedade etc.), em que pese também adotar princípios de livre mercado. Ocorre que já desde 1989, no ano seguinte à entrada em vigor do texto constitucional de 1988, iniciou-se por parte dos governantes uma ofensiva neoliberal contra essa concepção de Estado. Isto é a prova de que no Brasil se comete aquele erro classificado por Hermann Heller como um dos mais graves do pensamento político, que consiste em confundir governo com Estado, operando-se pois a confusão do ‘núcleo de poder que realiza positivamente o poder estatal com o próprio Estado’. Para o autor, ‘do fato, certamente exato, de que o Estado se apoia neste núcleo de poder extrai-se a falsa consequência de que este núcleo de poder ‘é’ o Estado. Este sofisma está na base de todas as inadmissíveis concepções que confundem o Estado com o seu governo, e ao poder do Estado com o poder do governo’. (BESTER, 2005, p. 26).

Conforme a pensadora pontua em seu estudo, aos variados “perfis” de Estado correspondem expressões constitucionais que refletem a ideologia do tempo em que são construídas. Assim, para o modelo do Estado contemporâneo acima debatido, tem-se o seu posicionamento acerca da Constituição:

Diante disso tudo [deletérios efeitos humanos do neoliberalismo global], para a manutenção da força normativa da Constituição há que se defender o que nela está positivado, notadamente em termos de direitos fundamentais e do perfil de Estado de tipo social que foi configurado pelo poder constituinte originário ao Estado brasileiro. (BESTER, 2005, p. 56).

Veja-se, pois, que a compreensão exaltada pela autora é do tipo humanista, no momento em que expressa a preocupação com o ser humano em suas condições de existência e modo de realidade. Este tipo de apreensão revela uma avaliação do sistema e ordenamento jurídico, vendo-lhe funções e significados que transcendem a pura normatividade.

Para este ponto de vista, alguns autores valem-se da terminologia “Estado Humanista”, como modo de compreender as relações entre Estado, Direito e Justiça, em especial por uma organização própria de sistema de fontes.

Assim, tem-se tanto uma **cosmovisão**, conforme o exemplo da construção teórica de Bester, como um **sistema de organização de representações estatais**, sendo este segundo modelo a ser explorado no tópico seguinte.

3. O ESTADO HUMANISTA E A HERMENÊUTICA JURÍDICA: RACIONALIDADE PRÓPRIA E VISÃO DE MUNDO

Conforme Gomes e Mazzuoli (2010, p. 195) o Estado Constitucional e Humanista de Direito representa uma síntese histórica do último modelo estatal evolutivo havido no mundo ocidental. Para os autores, a conjunção de fontes do direito neste modelo é a característica própria de sua coordenação, critério mesmo que serve para se verificar diferentes ondas evolutivas.

No Estado Constitucional e Humanista de Direito são fontes normativas em recíproco diálogo as leis (JAYME, 1995), os códigos, a Constituição, a jurisprudência interna, os tratados internacionais (em especial os que versem sobre direitos humanos), a jurisprudência internacional e o direito universal com valor supraconstitucional.

Respectivas fontes teriam se consagrado em diferentes momentos históricos, marcando os trânsitos entre Absolutismo, Legalismo, Constitucionalismo (e Neoconstitucionalismo), Internacionalismo e Universalismo, os quais marcam “[...] a evolução do direito rumo à concretização de normas e princípios cada vez mais *humanizantes*” (GOMES; MAZZUOLI, 2005, p. 21, grifo no original).

Assim, na primeira onda evolutiva do Estado, do Direito e da Justiça, no modelo revolucionário liberal, ter-se-ia o Estado Legalista, seguido, na segunda onda, pelo Estado Constitucional de Direito, em que houve predomínio da Constituição e jurisprudência interna. A terceira onda seria do Estado Constitucional e Internacional de Direito, momento em que os tratados e a jurisprudência internacional assumem relevância.

Por fim, ainda para os mesmos autores (GOMES; MAZZUOLI, 2005, p. 197), a síntese mais recente seria a do **direito universal**, expressa na forma do **Estado Constitucional e Humanista de Direito**, que se apresenta como macrogarantia da proteção dos direitos humanos ante o exercício arbitrário e ilegítimo do poder político estatal.

Estado, Direito e Justiça, assim, são estruturados em torno da regulamentação jurídica, buscando-se equacionar interesses e direitos individuais e coletivos.

Sendo assim, é vocação do Estado Constitucional e Humanista de Direito a proteção ampla e irrestrita dos seres humanos tutelados pelo ordenamento jurídico, que passa a ser considerado como uma totalidade de conhecimento orientada para a proteção de direitos e valores consolidados e que se pretende efetivar e maximizar, transmutando-se os preceitos jurídicos em implemento prático.

Além disso, na sistemática do Estado Humanista, a democracia substancial (tutela efetiva dos direitos fundamentais) se sobrepõe à democracia meramente formal (expressão da vontade da maioria), de sorte que os desvios dos direitos ou sua supressão não são tolerados nem mesmo que assim seja a vontade do maior contingente de pessoas.

Assim, o Estado Humanista significa, ancorado nas figuras do Estado, do Direito e da Justiça integrados, instrumento limitado, vinculado e orientado à garantia de direitos humanos, de sorte que todos os atos jurídicos de uma sociedade devem seguir tal funcionalização. O argumento derradeiro de Gomes e Mazzuoli é o seguinte:

Dos horrores e atrocidades cometidos no período sombrio do holocausto, lições universais puderam ser tomadas por toda a sociedade internacional, espalhando-se reflexos no direito interno dos Estados, que passaram cada vez mais consagrar normas protetivas de direitos humanos. Essas normas vão ganhando corpo cada vez mais denso (em valores, axiologicamente) e concentrado, até chegarem à característica de *jus cogens*, que são normas *imperativas* de direito internacional geral, aceitas e reconhecidas pela sociedade dos Estados com um todo, das quais *nenhuma* derrogação é permitida e que só podem ser modificadas por norma ulterior da mesma natureza (arts. 53 e 54 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969). (2010, p. 199).

Outros pensadores, na linha de Gomes, Mazzuoli, Bestor, acima expostos, também têm refletido em caminho similar, integrando instâncias hermenêuticas e buscando fundamentos vários, sempre humanistas, para o fenômeno estatal. A função legitimatória e embasadora do humanismo pode ser visualizada, por exemplo, no argumento seguinte:

É dever indeclinável do Estado humanista buscar em primeiro lugar a sua legitimação como instância que promove o bem-estar da coletividade. E isto, na acepção hegeliana, consiste em seguir o que hoje se pode denominar **lei de responsabilidade ética** em contraponto à falácia da lei de responsabilidade fiscal. A primeira, sendo eminentemente ética, consiste na **viabilização de políticas de desenvolvimento e de justiça social**; a segunda, meramente contábil, limita a

capacidade de intervenção do governo, à sombra da ideologia liberal do chamado 'Estado mínimo', e, conseqüentemente, da ação pública que se fizer indispensável. (BOMBASSARO; KRÜGGELER; SOUZA, 2009, p. 221). [grifou-se].

Na linha dos modelos histórico-evolutivos indicados nos pontos precedentes (DALLARI, 1998; BESTER, 2005), o **humanismo cívico**, enquanto movimento de modo de ver e avaliar o mundo, é rememorado como importante elemento informativo da ordem jurídico-estatal, antecedendo-lhe e, assim, indicando os pontos de partida a serem integrados na concretude do real.

O movimento humanista se caracteriza pela sua defesa intransigente da dignidade da pessoa humana. É um movimento que concentra todas as suas energias e forças para o homem e em favor do homem. Tem como princípios básicos a exaltação dos valores éticos e morais que atendam ao direito do livre pensar e do livre agir. O movimento humanista no seu processo histórico de desenvolvimento buscou sempre destacar a importância do homem como sujeito de sua própria história e, fundamentalmente, que todas as formas de organização política, jurídica e econômica provêm da vontade do próprio homem. Assim, o poder temporal deveria ficar vinculado à vontade única e exclusiva do próprio homem, enquanto que o poder espiritual deveria preocupar-se com a fé dos homens. A vinculação, portanto, de um discurso de legitimação do poder temporal através do poder espiritual não era aceita pelo movimento humanista. (MEZZAROBÀ, 2004, p. 122).

Os reconhecimentos da origem e finalidades do Estado revelam o humanismo como pressuposto e conseqüente, donde se pode depreender a sua função interpretativa por meio da conferência de significação às práticas jurídicas e como fundamento de discussão e avaliação dos rumos políticos.

Conforme Britto (2007) destaca ao longo de sua argumentação pela compreensão do humanismo como categoria constitucional, o ponto de vista para se visualizar o humanismo jurídico depende da apreensão global e hermenêutica dos valores jurídicos vigentes, a serem manejados por meio de uma postura comprometida e vinculada com a realização destes valores.

O trabalho do filósofo político aproxima-se, assim, do trabalho do intérprete jurídico, reunindo-se as dimensões cindidas na divisão social do trabalho e reincorporando a dimensão de concreção dos valores jurídicos. Veja-se esta cosmovisão humanista antecedente às ideologias, ao compasso da submissão do Estado ao humanismo.

Pero sobre esa base común del reconocimiento del fin del Estado y del orden jurídico caben, y se han producido, floraciones humanistas *muy diferentes*, las cuales divergen en cuanto a la apreciación de cuales sean los *medios más adecuados* y

eficaces para el cumplimiento de tal finalidad. Y, así, coincidentes en el reconocimiento de ese fin supremo – el servicio a los seres humanos vivientes – pero divergentes en cuanto a la elección de los medios, **figuran de modo igual dentro de una visión humanista**, entre otros, los siguientes ideários: el individualismo liberal – en parte considerable juzgado ya como caduco –; la tesis democrática; el intervencionismo; el neoliberalismo; y el socialismo como ideal ético-jurídico de índole humanista (es decir, no inspirado por la mecánica y periclitada tesis del materialismo histórico, ni incurso en la monstruosa aberración totalitaria); y muchos otros matices intermedios. Son patentes las grandes diferencias entre esos criterios de estimativa o axiología político-jurídica; pero se trata de *diferencias relativas tan solo a lo que se considera como medios más adecuados y eficientes* para la realización del ideal humanista. Por debajo de esas importantes diferencias, hay, sin embargo, la concordancia en el reconocimiento de **la tesis primordial del humanismo, a saber: el hombre no ha nacido para el Estado, sino que el Estado ha sido hecho para servir a los seres humanos**. (RECASÉNS SICHES, 2003, p. 324-325). [grifou-se].

O mesmo entendimento é adotado no cerne de disciplinas jurídicas específicas, donde se retira seus fundamentos, como na referência do Direito Administrativo citada abaixo, reforçando, mais uma vez, o valor ético anterior ao jurídico, criando a ambiência política de desenvolvimento da vida coletiva na comunidade organizada.

Este princípio capital, que afirma no Direito contemporâneo o postulado da *supremacia do homem* sobre suas próprias criações, tem sua trajetória histórica traçada desde Protágoras, definindo-o como medida de todas as coisas; sua primeira grande elaboração teórica com o Direito Natural, em suas sucessivas expressões doutrinárias; sua redescoberta pelo humanismo, com sua rica elaboração moderna e a sua atual revalorização pós-moderna, como um *princípio supraconstitucional*, justamente considerado com o um *fundamento da própria civilização*. Seu recebimento explícito, primeiro, nas *declarações de direitos do homem* e, depois, nas *declarações de direitos fundamentais* constitucionalizadas, atesta essa capital importância, como, de modo especial, a sua destacada inclusão nos documentos constitutivos da União Europeia, acompanhado da afirmação solene da inviolabilidade da pessoa humana, o que assinala não apenas sua importância como *megaprincípio do Direito*, como o seu conteúdo de *precedência lógica e ética* sobre o Estado e seus desdobramentos políticos. Conclusões essas que igualmente resultam de sua destacada explicitação no art. 1º, III, da Constituição brasileira de 1988 (MOREIRA NETO, 2009, p. 85).

O Direito Constitucional, conforme analisado no estudo de Bester (2005) no ponto precedente, é espaço privilegiado dessa discussão, tanto pelo caráter intermediário que assume, entre o direito interno e o internacional, quanto pela fortuna axiológica que representa. Segundo Paulo Bonavides:

As bases morais do humanismo constitucional da Carta de 1988 acham-se cifradas num princípio pendular, que é a chave da abóbada dessa catedral do constitucionalismo brasileiro: o princípio da dignidade da pessoa humana. Esse princípio está para o constitucionalismo do Estado Social, nesta fase do pós-

positivismo, assim como o princípio da separação de poderes esteve para o constitucionalismo do Estado liberal na época clássica do positivismo legalista. Princípio novo nos anais do constitucionalismo, perpassa ele a carta contemporânea dos direitos fundamentais com o dogma consagrador da alforria moral do ser humano, em idade de incertezas geradas pelas convulsões da globalização (BONAVIDES, 2006).

Deste modo, a ressignificação da Teoria Geral do Estado, como corolário e decorrência imediata da mudança do seu próprio objeto, o “Estado”, se mostra patente a partir da referida fortuna axiológica e de cosmovisão concedida pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, cujos preceitos especialmente teleológicos e abertos demandam a densificação hermenêutica no trabalho interpretativo, atividade de condensação e visualização dos fundamentos morais da democracia que demanda a postura consciente do intérprete, aproximando-se do filósofo político.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria Geral do Estado, pensada em conjunto à Filosofia Política, sofre cabais mudanças quando verificada a partir da prevalência dos direitos humanos, corpo de conhecimento inarredável da teoria jurídica contemporânea, consagrada no atual modelo de Estado Humanista, o qual, por sua vez, consolida o humanismo jurídico como cosmovisão própria do Direito sobre a vida coletiva.

A hipótese proposta neste artigo considera que os direitos humanos não se encerram em uma das partes do estudo de Teoria do Estado, justamente porque o objeto, o Estado, não se restringe ao elemento funcional-estruturante.

Assim, a consequência lógica da hipótese é a de que a mudança do objeto leva à mudança dos métodos e problemas científicos e filosóficos estatuídos em seu entorno, e esta estrutura de pensamento é determinante na compreensão jurídica dos fenômenos sociais, posto ser o Estado a base do Direito positivo vigente, o qual se deve aplicar por meio das instituições democráticas.

Portanto, resta inevitável concluir que o potencial hermenêutico dos direitos humanos **ressignifica** a tal ponto a estrutura estatal que se pode falar de um redimensionamento do Estado e da Teoria Geral respectiva, na medida em que todos os

elementos constitutivos são orientados teleologicamente no rumo da ética do cuidado e da proteção humana e ambiental estatuída pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.

A atividade hermenêutica da Filosofia Política é central para a compreensão do ente estatal, seja pela via dos elementos estruturais fornecidos pela Teoria Geral do Direito, seja pelo momento crítico filosófico em que se questionam os sentidos e efetividades dos valores da comunidade política.

Em suma: se a Teoria Geral do Estado fornece as bases científicas do fenômeno estatal (o qual se vê obrigado de redimensionamento por força das mudanças do ente estatal), a Filosofia Política permite a crítica, tendo em vistas a moralidade trazida pelos direitos humanos, das práticas realizadas na comunidade política, definindo-se prioridades e escolhendo entre as possibilidades de alocação de recursos materiais e jurídicos. Este trânsito de saberes equipa o procedimento hermenêutico com substância.

Por sua vez, a acumulação de gerações de direitos civis, políticos, econômicos, culturais, ambientais, da paz e da democracia nas Constituições ocidentais redimensionou não apenas o Estado como a sociedade civil contemporâneos, vinculando em um projeto comum as esferas pública e privada, todos preocupados, por força do direito, com a consecução dos objetivos e fundamentos constitucionais.

Esta cosmovisão humanista torna o Estado um aparato destinado à efetividade e à concreção dos direitos de idêntico perfil, sendo pensada a sua estrutura vetorizada ante tal finalidade. Com isso, as ações no corpo institucional se direcionam e classificam-se pela medida do compromisso com estes direitos, definindo as orientações dos seus agentes. Assim, a apontada resignificação dos conteúdos da Teoria Geral do Estado contribui para que a racionalidade hermenêutica direcionada ao implemento prático do normativismo humanístico revista-se de significados jurídicos mais densos, que demandam o labor interpretativo casuístico e comprometido com as posturas éticas e protetivas de todas as pessoas em sociedade.

REFERÊNCIAS

BESTER, Gisela Maria. **Direito constitucional. Fundamentos teóricos.** São Paulo: Manole, 2005. v.1.

BONAVIDES, Paulo. As bases da democracia participativa. **Achegas**, Revista de Ciência Política, n. 27, jan.-fev. 2006. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeseite/p_bonavides_27.htm>. Acesso em: 30 abr. 2011.

BOMBASSARO, Luiz Carlos; KRÜGGELER, Thomas; SOUZA, Ricardo Timm de (Org.). **Democracia e Inclusão Social: desigualdade como desafio para a sociedade e a igreja no Brasil**. Bonn: KAAD; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BIGNOTTO, Newton [Org.]. **Pensar a república**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BRITTO, Carlos Ayres. **O humanismo como categoria constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

CAPOZZI, Gino. Derechos Humanos: filosofía, Declaraciones, Jurisdicción. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 10, n. 30, set. 2005.

CASELLA, Paulo Borba; CELLI JÚNIOR, Umberto; MEIRELLES, Elizabeth; et all. (Org.). **Direito Internacional, Humanismo e Globalidade**: Guido Fernando Silva Soares (*Amicorum Discipulorum Liber*). São Paulo: Atlas, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DAL RI JUNIOR, Arno; PAVIANI, Jayme. **Globalização e humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____; PAVIANI, Jayme. **O humanismo latino no Brasil de hoje**. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2001.

_____; BOMBASSARO, Luiz Carlos; PAVIANI, Jayme. **As interfaces do humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____; ORO, Ari Pedrosa. **Islamismo e humanismo latino: diálogos e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____; LUPI, João. **Humanismo Medieval**. Caminhos e Descaminhos. Ijuí: Unijuí, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A virtude soberana**. A teoria e a prática da igualdade. Tradução de Jussara Simões. 2. ed. WMF Martins Fontes, 2010.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antonio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. p. 169-170.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Hermenêutica Jurídica**. 9. ed. Atualizador Antonio S. Limongi França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução por Ênio Paulo Giachini. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Verdade e método II**. Complementos e índices. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução por Márcia Sá Cavalcante-Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. Tradução de Ana Paula Zomer [et. all.]. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

HERKENHOFF, João Baptista. **O direito processual e o resgate do humanismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex, 2001.

JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration: le droit international privé postmoderne. **Recueil des cours de l'Académie de Droit International de La Haye**. Haia: Nijhoff, 1995.

LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação. Paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo**. Florianópolis: Conceito, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Diálogo das fontes. Do conflito à coordenação de normas do direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; GOMES, Luiz Flávio. **Direito supraconstitucional. Do absolutismo ao Estado Constitucional e Humanista de Direito**. São Paulo: RT, 2010.

_____. **Coletânea de direito internacional**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. **Curso de direito internacional público**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MEZZARROBA, Orides. Humanismo cívico e sociedade organizada. A atuação do Poder Legislativo e dos Conselhos Municipais na política contemporânea brasileira. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JÚNIOR, Arno; PAVIANI, Jayme (Org.). **As interfaces do humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 121-132.

_____. **Humanismo latino e Estado no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

_____. **Humanismo político: presença humanista no transversal do pensamento político**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MORGADO, Miguel. **Filosofia política e democracia**. *Anál. Social* [online]. 2010, n.196, p. 467-489.

MORRISON, Wayne. **Filosofia do direito**. Dos gregos ao pós-modernismo. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MÜLLER, Friedrich. **Teoria estruturante do direito**. 2. ed. Tradução de Peter Naumann. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Metodologia do direito constitucional**. Tradução de Peter Naumann. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismos e anti-humanismos**. Introdução à antropologia filosófica. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

NOGUEIRA, Alcântara. **Poder e humanismo**: o humanismo em B. de Spinoza, o humanismo em L. Feuerbach, o humanismo em K. Marx. Porto Alegre: SAFE, 1989.

ORTEGA, Onasis R. Dos caras de la filosofía política contemporánea. *Prax. filos.* [online], n. 25, p. 111-128, 2007.

RECASÉNS SICHES, Luis. **Introducción al estudio del derecho**. 14. ed. México, D.F.: Porrúa, 2003.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Nota de abertura. p. XX-XXI. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Hermenêutica plural**: possibilidades jusfilosóficas em contextos imperfeitos. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2001.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SOUSA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. **O direito geral da personalidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

SUPIOT, Alain. **Homo juridicus**. Ensaio sobre a função antropológica do Direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A humanização do direito internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

_____. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: SAFE, 1997. v. 1; v. 2; v. 3.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Direito, humanismo e democracia**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

VENTURI, Eliseu Raphael. A responsabilidade moral do cientista, o império do direito e a força normativa da Constituição: alguns conceitos para se internalizar na prática jurídica ética. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano XIV, v. 86, mar 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9182&revista_caderno=15>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Círculos hermenêuticos: a estruturação tuitiva do “homo juridicus” e o Estado Constitucional e Humanista de Direito. **II Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica do UNICURITIBA, SPIC, Natureza, sociedade, cultura, cidadania**. Curitiba, 2010. p. 58-58.

VILLEY, Michel. **Filosofia do Direito**: definições e fins do direito, os meios do direito. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A formação do pensamento jurídico moderno**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Humanismo e cultura jurídica no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

_____. [Coord.]. **Fundamentos do humanismo jurídico no ocidente**. Barueri: Manole; Florianópolis: Fundação José Arthur Boiteux, 2005.